



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

CABO FRIO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada como:

- a) Promulgada e escrita.
- b) Outorgada e rígida.
- c) Promulgada e imutável.
- d) Analítica e não escrita.
- e) Simples e sintética.

2) No Brasil, o controle de constitucionalidade repressivo judiciário é misto, ou seja, é exercido tanto da forma concentrada, quanto da forma difusa. Sabendo disso, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Pelo controle concentrado de constitucionalidade, todo e qualquer juiz ou tribunal pode analisar a compatibilidade entre determinado ato normativo e a Constituição em determinado caso concreto.
- b) Pelo controle difuso de constitucionalidade, todo e qualquer juiz ou tribunal pode analisar a compatibilidade entre determinado ato normativo e a Constituição em determinado caso concreto.
- c) Após a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei pelo Supremo Tribunal Federal, no exercício do controle concentrado de constitucionalidade, a Câmara dos Deputados será oficiada para suspender a execução, no todo ou em parte, da lei declarada inconstitucional.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade são mecanismos do controle difuso de constitucionalidade.
- e) O controle difuso de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.

3) No tocante ao controle de constitucionalidade, a cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição, pode ser definida como:

- a) A norma pela qual a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo é reservada exclusivamente ao plenário do Supremo Tribunal Federal.
- b) A norma pela qual o plenário do Senado Federal e o plenário da Câmara dos Deputados devem se reservar à análise da constitucionalidade das leis e atos normativos, sem fazer juízo político sobre a adequação da medida.
- c) A norma pela qual toda lei só pode ter sua constitucionalidade declarada após a oitiva do plenário do Congresso Nacional
- d) A norma pela qual somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- e) A norma pela qual o plenário de qualquer tribunal pode declarar inconstitucional lei ou ato normativo do Poder Público, desde que pelo voto da unanimidade de seus membros.

4) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adotou como forma de Estado o federalismo. Sobre a Federação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- b) Inexiste o direito de secessão, uma vez que a República é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados.
- d) A incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados depende da aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) A Capital Federal, definida em Lei Complementar, será qualquer cidade localizada no território do Distrito Federal.

5) Acerca do que a Constituição dispõe sobre o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal apreciar a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão de todos os seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional ou infraconstitucional, aprovar súmula que, a partir de sua aprovação pelo Congresso Nacional, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera federal, dependendo de lei em sentido formal a sua revisão ou cancelamento.
- e) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

6) De acordo com a doutrina, a nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado. Acerca do regramento constitucional da nacionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) São brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) A lei disporá sobre a distinção entre brasileiros natos e naturalizados nos casos não previstos na Constituição.
- d) Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- e) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, a camisa da seleção e o selo nacionais.

7) O poder constituinte pode ser originário ou derivado. Acerca do poder de reformar a Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Presidente da República pode propor Emenda Constitucional.
- b) Uma Emenda Constitucional pode revogar norma constitucional originária.
- c) A Constituição de 1988 não pode ser modificada por Emendas Constitucionais, pois é considerada semirrígida.
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

8) Não faz parte do rol de cláusulas pétreas da Constituição de 1988:

- a) a forma federativa de Estado;
- b) o voto direto, secreto, universal e periódico;
- c) a separação dos Poderes;
- d) a língua portuguesa como o idioma oficial da República;
- e) os direitos e garantias individuais.

9) O art. 5º, II, da Constituição de 1988, estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Qual princípio jurídico pode ser extraído desse inciso?

- a) princípio da igualdade;
- b) princípio da soberania nacional;

- c) princípio da solução pacífica dos conflitos;
- d) princípio da liberdade de expressão;
- e) princípio da legalidade.

10) A imunidade tributária recíproca foi considerada pelo STF como elemento garantidor essencial da forma federativa do Estado. A Constituição de 1988 estabelece essa imunidade ao dispor que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- c) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- e) Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

DIREITO CIVIL

11) A respeito das pessoas naturais, assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade civil se inicia com a concepção, inclusive a extrauterina.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a alteração do nome e gênero de pessoa trans no registro civil, mesmo sem procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.
- c) É possível a disposição onerosa do próprio corpo para depois da morte, desde que manifestada por pessoa capaz e mediante instrumento público.
- d) O Código Civil prestigiou a primazia da tutela ressarcitória, em caso de violação a direito da personalidade, em detrimento da tutela inibitória.
- e) Os deficientes mentais são absolutamente incapazes.

12) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica.
- b) A existência de grupo econômico autoriza por si só a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- c) O alcance de bens do sócio que se vale da pessoa jurídica para ocultar bens pessoais é decorrente da adoção excepcional da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica nas relações consumeristas.
- d) A alteração do escopo original da atividade econômica da pessoa jurídica é típica hipótese de desvio de finalidade para fins de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica admite o atingimento de bens particulares dos administradores, desde que eles sejam também sócios da pessoa jurídica.

13) Assinale a assertiva correta:

- a) João, escritor popular, possui uma equipe de três pessoas em seu escritório. A equipe o auxilia na elaboração de seus romances. João é empresário e deve se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) O Código Civil adotou a teoria binária da associação, segundo a qual a associação pode ter finalidade lucrativa ou não lucrativa.
- c) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- d) Desde que não haja vedação negocial expressa, o alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, em razão do princípio constitucional da livre iniciativa.
- e) O estabelecimento é o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

14) Qual das afirmações é incorreta?

- a) A morte é um fato jurídico.
- b) O abuso de direito depende da intenção de causar dano a outrem.
- c) Maria doa a biblioteca de seu falecido avô, jurista de renome, ao Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado, desde que a instituição donatária mantenha o mobiliário original. Cuida-se de doação com encargo.
- d) Maria doa um carro ao seu neto, mas os efeitos do negócio jurídico só valem a partir do momento em que o donatário for admitido em universidade pública. Trata-se de doação sujeita a condição suspensiva.
- e) Maria doa um relógio ao seu filho, mas os efeitos da doação só começam em 1º de janeiro de 2024. Trata-se de doação sujeita a termo inicial.

15) Antônio, devedor contumaz e insolvente, aliena uma pulseira de ouro, a preço de mercado, à Joaquina, através de portal da internet de compra e venda de bens usados. Joaquina nada sabe sobre a insolvência de Antônio tampouco o conhecia antes do início das tratativas negociais. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) o negócio é nulo.
- b) o negócio é anulável e prazo para pleitear a sua desconstituição é de 4 anos.
- c) o negócio é anulável e prazo para pleitear a sua desconstituição é de 2 anos.
- d) o negócio é anulável e prazo para pleitear a sua desconstituição é de 1 anos.
- e) o negócio é válido.

16) Bruno doou um imóvel a Camila, sendo a liberalidade pura e simples. Passados alguns anos, a donatária caluniou o doador, que pretende revogar a doação e obter indenização por dano moral. Esses pedidos sujeitam-se:

- a) a prazo decadencial e prescricional, respectivamente.
- b) a prazo prescricional e decadencial, respectivamente.
- c) a prazo nenhum, seja prescricional, seja decadencial.
- d) ambos a prazo decadencial.
- e) ambos a prazo prescricional.

17) Aline e Camila devem solidariamente R\$ 10 mil a Arnaldo. Assinale a alternativa correta:

- a) se Arnaldo ingressar com ação judicial de cobrança dos R\$ 10 mil em face de Camila, ele não poderá mais ingressar com outra ação em face de Aline.
- b) Se Aline pagar R\$ 5 mil a Arnaldo, este não poderá mais cobrar o restante daquela. Apenas poderá cobrar de Camila.
- c) Se Aline falece e herdam seus dois filhos, ambos com igual quinhão, Arnaldo poderá cobrar de apenas um deles, nos limites da herança, os R\$ 10 mil.
- d) se Arnaldo ingressar com ação judicial de cobrança dos R\$ 10 mil somente em face de Camila, Aline também responderá pelos juros de mora.
- e) se Camila e Arnaldo pactuam a majoração de juros, o acordo terá eficácia automática em face de Aline, ainda que esta não tenha anuído com isso.

18) São modos de extinção da obrigação, exceto:

- a) pagamento.
- b) novação.
- c) confusão.
- d) remissão de dívida.
- e) assunção de dívida.

19) Após 20 anos de adimplemento das mensalidades de seu plano de saúde, Maria esqueceu de pagar a última prestação. Exatamente nesse mês, ela foi atropelada por veículo automotor e precisou de tratamento médico-hospitalar. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a seguradora deve cobrir o tratamento de saúde, com base em qual fundamento:

- a) violação positiva do contrato.

- b) vedação do comportamento contraditório.
- c) teoria do adimplemento substancial.
- d) proibição de condição puramente potestativa.
- e) *suppressio*.

20) A vedação de *tu quoque* é manifestação de qual princípio?

- a) Função social do contrato.
- b) Boa-fé objetiva.
- c) Boa-fé subjetiva.
- d) Equilíbrio contratual.
- e) *pacta sunt servanda*.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Após o trânsito em julgado da decisão proferida na fase de conhecimento, e iniciado o cumprimento de sentença na primeira instância pela parte adversária, o Estado apresenta impugnação, na qual alega que o valor da execução é excessivo e deveria ser reduzido pela metade. O juízo, então, profere decisão, julgando a impugnação e acolhendo apenas parcialmente a alegação de excesso do Estado.

Marque a alternativa que indica o recurso passível de ser interposto contra essa decisão:

- a) Agravo de instrumento;
- b) Apelação;
- c) Recurso Extraordinário;
- d) Recurso Especial;
- e) Agravo interno.

22) Acerca dos prazos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) São contados em dobro e em dias corridos;
- b) São contados em dobro e em dias úteis;
- c) São contados de forma simples e em dias corridos;
- d) São contados de forma simples e em dias úteis;
- e) São contados em quádruplo e em dias úteis.

23) Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, marque a alternativa correta entre as afirmações a seguir:

I – No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta;

II – Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

III – Somente será admitido recurso contra a sentença, excetuada a hipótese de recurso contra decisão do juízo que, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa II está correta.

24) Sobre o Mandado de Segurança, marque a alternativa correta acerca das afirmações a seguir:

I – O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 90 (noventa) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

II – Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida ou denegada.

III – O mandado de segurança pode ser individual ou coletivo.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Apenas a afirmação II está correta;
- c) Apenas a afirmação III está correta;
- d) Estão corretas as afirmações II e III;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

25) Segundo o Código de Processo Civil, o instrumento jurídico, sem natureza recursal, mais adequado para impugnar decisão judicial que viola enunciado de Súmula Vinculante, é:

- a) Ação ordinária;
- b) Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas;
- c) Reclamação;
- d) Ação popular;
- e) Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.

26) Sobre o Recurso Extraordinário, assinale a alternativa correta acerca das afirmações a seguir:

I – O recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros;

II – A competência para processar e julgar Recurso Extraordinário é do Superior Tribunal de Justiça;

III – O Recurso Extraordinário é cabível para impugnar as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição, ou ainda quando julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas as afirmações I e III;
- c) Estão corretas as afirmações I e II;
- d) Está correta apenas a afirmação I;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

27) Após a interposição de Recurso Especial pelo Estado, a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negou seguimento ao recurso, com base no fundamento de que o entendimento firmado no acórdão recorrido está em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.

Qual das alternativas abaixo enuncia recurso cabível para o Estado impugnar a decisão da 3ª Vice-Presidência?

- a) Agravo em Recurso Especial;
- b) Recurso Ordinário;
- c) Mandado de Segurança;
- d) Agravo de instrumento
- e) Agravo interno

28) Ao receber citação em uma ação ajuizada em face do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado constata que está em curso outra ação, ajuizada pela mesma parte, em que se discute a mesma controvérsia e se formula o mesmo pleito.

Considerando apenas essa informação, o Estado deve alegar, em sua defesa:

- a) Continência;
- b) Coisa julgada;
- c) Conexão;

- d) Ilegitimidade;
- e) Litispendência.

29) Sobre a impugnação ao cumprimento de sentença por parte da Fazenda Pública, e tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

I – É possível arguir a inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação, também se considerando inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

II – É possível arguir quaisquer causas modificativas ou extintivas da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação, inclusive quando tiverem ocorrido antes do trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento.

III – O prazo para apresentação da impugnação é de 15 dias.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas as afirmações I e III;
- c) Estão corretas as afirmações I e II;
- d) Está correta apenas a afirmação I;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

30) Segundo as disposições do Código de Processo Civil acerca da sentença, assinale a alternativa correta.

Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I - Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - Homologar a transação entre as partes;

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Apenas a alternativa I está correta;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.